



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 7

**“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
O DESENVOLVIMENTO SOCIAL”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

Eixo 7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MR7.1.- Políticas de Saúde, Meio Ambiente e Educação: Desafios latino- americanos

EMENTA

A mesa apresenta as relações intrínsecas entre saúde, meio ambiente e educação, fortalecendo uma visão interdisciplinar na qual a educação, como determinante cultural da sociedade, configura-se como eixo principal nas condições ambientais e de saúde pública dos países. Em segundo lugar a mesa se propõe a analisar a importância da política pública e seus desafios, considerando a necessária transição de uma política centralista para uma descentralizada; e de uma visão setorial para uma inter ou intrassetorial. Por último a mesa se propõe a analisar criticamente os desafios socioambientais da região e as políticas públicas de educação, saúde e meio ambiente elaboradas para responder a aqueles desafios, a partir de uma visão bidimensional, marcando as diferenças entre o discurso da política pública e a ação concreta, que nos assola. Propõe ainda apresentar um caso de política pública local, nacional e regional.

Coordenador: Arlindo Philippi Junior: Universidade de São Paulo - (USP – BRASIL)
Álvaro Cardona Saldarriaga: Universidad de Antioquia - (COLÔMBIA)
Lisardo Osório Quintero: Universidad de Antioquia - (COLÔMBIA)
Ipojucan Calixto: Universidade Positivo (UP - BRASIL)
Daniel Luzzi: Universidade de São Paulo - (USP – BRASIL)
Octávio Elísio Alves de Brito: presidente do Unesco-HidroEX - (UNESCO – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E CRÉDITOS DE CARBONO NO BRASIL: UM OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Antonio Lorenzoni Neto**).

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL: UMA ESTRATEGIA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO FOMENTO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (auto(es/as): **Fernanda Fonseca da Fonseca**).

SERVIÇO SOCIAL, CULTURA E EDUCAÇÃO: BASES PARA UMA NOVA CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PROFISSÃO NO SÉCULO XXI (autor(es/as): **Gleidson Alves Pantoja**).

UMA CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA PARA A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO (autor(es/as): **Maria Onide Ballan Sardinha**).

GRANDES USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMÉRICA LATINA: O ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO (autor(es/as): **Markus Gustav Fendel**).

GOVERNAÇÃO TERRITORIAL NA FRONTEIRA MERCOSUL: SAÚDE E MEIO AMBIENTE EM DEBATE (autor(es/as): **Maurício Pinto da Silva**).

FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL EN LA COMUNA DE OSORNO: APROXIMACIONES INTERDISCIPLINARIAS (autor(es/as): **Víctor Hugo Venegas Giacomozzi**).

MR7.2. Ministério Público e Políticas Sociais

Coordenador: Saint-Clair Honorato Santos - Procurador Público do Paraná – (BRASIL)
Gustavo Javier Gimena: Procurador Geral da Câmara de Apelação da Província de Tucuman - (ARGENTINA)
Enrique A. Viana Ferreira: Procurador - (URUGUAY)
Nícia Regina Sampaio: Promotora Pública do Espírito Santo – (BRASIL)
Margaret Matos de Carvalho: Promotora Pública do Paraná – (BRASIL)

MR7.4. Soberania alimentar, economia solidária e sustentabilidade: o papel da universidade

EMENTA

Esta mesa propõe o debate sobre o papel da universidade frente aos condicionantes sociais e econômicas que influenciam a cultura, a Soberania, a Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e, por conseguinte, a sustentabilidade dos povos latino-americanos. O fortalecimento das ações em prol de movimentos como: economia solidária, agroecologia, projetos e práticas socioambientais serão pautados de forma a subsidiar e aprofundar o debate. Nesse sentido, serão enfatizadas as experiências que apontem para estratégias e modelos alternativos de convivência e preservação (natureza e cultura) que priorizem o manejo sustentável, o uso e a difusão de tecnologias capazes de fortalecer as unidades políticas e as ações, como um movimento de transformação da sociedade protagonizado por aqueles e aquelas que lutam por uma sociedade mais justa e equitativa no campo e na cidade do continente latino-americano.

Coordenadora: Islândia Bezerra – Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Gracialino Dias: Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Carlos Alberto Cioce Sampaio: Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Julián Perez: Universidade Federal da Fronteira Sul e Rede Ecológica – (UFFS - BRASIL)
Valter Bianchini: Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no Paraná - (FAO - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) E POLÍTICAS PÚBLICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM RETRATO DA EXECUÇÃO DO PNAE NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ (autor(es/as): **Andreia Perussolo Dos Santos**).

MUDANÇA DO HÁBITO ALIMENTAR EM CRIANÇAS SUBMETIDAS A TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO E/OU RADIOTERÁPICO NO HOSPITAL DO CÂNCER DE LONDRINA/PR. (autor(es/as): **Diana Souza Santos Vaz**).

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS/MS: UM CONCEITO MULTIVOCAL (autor(es/as): **Magda Luiza Mascarello**).

ARTESANATO UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO PELO TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO LITORAL DO PARANÁ (autor(es/as): **Mayra Taiza Sulzbach**).

FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: RESGATE DA RELAÇÃO SOCIEDADE-AMBIENTE ATRAVÉS DA AGROFLORESTA (autor(es/as): **Regiane Fonini**).

PRÁTICAS ALIMENTARES, IDENTIDADE CULTURAL E SOCIABILIDADE: A COMIDA NO CONTEXTO DAS FESTAS COMUNITÁRIAS (autor(es/as): **Carla Pires Vieira Da Rocha**).



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: CARAMBEÍ (PR) NO PROJETO ROTA DOS TROPEIROS

Resumo

Esse artigo foi elaborado pela mestranda em gestão de território (UEPG), Alessandra Sahaidak (alesahaidak@yahoo.com.br), em parceria com o professor e orientador, Dr. Leonel Brizolla Monastirsky, do depto. de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. (Leonel@uepg.br). Objetiva-se uma análise sobre a relevância e efetivação das políticas públicas relacionadas ao turismo, no município de Carambeí (PR). As políticas públicas são importantes ferramentas governamentais na organização e administração das sociedades. Através das políticas públicas são realizadas melhorias para a população. O desenvolvimento turístico é objetivado em diferentes esferas, tornando-se inclusive alvo de políticas públicas. No Brasil, a política voltada para o turismo visa contribuir para o desenvolvimento social através da estruturação e valorização de destinos que ainda não estão consolidados. Carambeí (PR), inserido no projeto turístico Rota dos Tropeiros busca investir progressivamente no turismo. As ações municipais são de data recente, logo faz-se relevante analisar as ações empregadas no município para perceber se o planejamento turístico é efetivo. Através de entrevista com a responsável municipal pode-se refletir sobre os conceitos apresentados e, assim, perceber como acontece a estruturação e efetivação do planejamento turístico em Carambeí (PR).

Palavras-chave

Políticas Públicas, planejamento turístico, Carambeí (PR), Rota dos Tropeiros



Introdução

O setor de prestação de serviços apresenta constante crescimento na economia nacional, destacando-se pelo considerável número de investimentos em progressão no mercado e gerando resultados em âmbitos distintos. O turismo, inserido no respectivo setor, é destaque por gerar rendas e divisas, bem como acréscimo no número de empregos diretos e indiretos, movimentando economias municipais, locais, regionais e nacionais.

As políticas públicas, na tangente turística, são elaboradas pelo Estado para a implantação da atividade turística, porém a efetivação acontece por meio das secretarias estaduais, que além de atender os objetivos nacionais, buscam adaptar as diretrizes nacionais de acordo com a realidade estadual.

Desenvolver novos destinos se apresenta enquanto opção de governo para prover melhorias em maior número de locais que apresentam apelo turístico, mas que ainda não estão estruturados. Busca-se a valorização da diversidade cultural e natural do país, posto que se trata de larga escala territorial com distintas representações culturais e múltiplas características físicas.

Visando estabelecer o turismo como um segmento de desenvolvimento econômico e social, o Ministério do Turismo lança documentos oficiais pautados em diretrizes para serem implantadas nos estados. Os dois Planos Nacionais de Turismo estão direcionados para atender a diversidade cultural e natural do país, incentivando a criação de novos destinos, além do atendimento aos destinos já consolidados.

No Paraná, tem-se a implantação do projeto turístico Rota dos Tropeiros, que objetiva a união de municípios com características culturais estabelecidas a partir do movimento tropeiro. Neste projeto estão inseridos 16 municípios, entre eles, Carambeí. Assim, visando contribuir cientificamente com uma discussão teórica e metodológica, busca-se refletir sobre a relevância do projeto Rota dos Tropeiros no município de Carambeí, sobre a perspectiva de desenvolvimento econômico e social através do turismo.

Justifica-se a pesquisa por envolver uma atividade de cunho econômico e social em um município com forte apelo cultural, que busca desenvolver-se pelo viés turístico, tornando-se assim, relevante analisar a implantação de ações do governo público municipal para atender interesses da sociedade.

O objetivo geral visa analisar as ações do governo municipal em consonância à implantação do projeto turístico Rota dos Tropeiros em Carambeí (PR); dispondo dos seguintes objetivos específicos: relacionar conceituação teórica sobre a relevância do



turismo para o desenvolvimento econômico e social; levantamento das ações de políticas públicas municipais para o desenvolvimento turístico; e, reflexão sobre a efetivação do Projeto Rota dos Tropeiros em Carambeí.





1. Políticas Públicas: contextualização histórica

O desenvolvimento econômico é uma das ferramentas que impulsiona as ações sociais contemporâneas. Busca-se aliar uma lógica de mercado no emprego de melhorias, tanto no setor público quanto privado. As mudanças são constantes, ressaltando a necessidade de análises multidisciplinares que contemplem a dialética do desenvolvimento pautado em questões sociais.

Na perspectiva governamental, as ações devem ser empreendidas para o benefício coletivo, resultando em melhorias para o grupo social. As políticas públicas exercem papel fundamental na organização das ações do Estado para atender os diferentes segmentos que compõem a sociedade.

De acordo com Souza (2006), o início da utilização do termo “políticas públicas” aconteceu enquanto disciplina acadêmica, que buscava analisar a efetivação das ações do Estado; esse estudo surgiu como uma ramificação da ciência política, que permitia aliar discussões sobre as ações do governamentais, contribuindo para avanços na efetivação das ações do Estado. Essa abordagem norte-americana se distinguiu da europeia, que tinha como foco, respectivamente, as discussões consideradas de maior base teórica. O desenvolvimento do referido termo teria acontecido em três momentos. Nas palavras da autora:

O primeiro, seguindo a tradição de Madison, céptico da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. (SOUZA, 2006, p 22)

Outro marco, também sugerido pela autora citada, é a Guerra Fria, pois com este evento se fez necessárias intervenções do governo mais específicas, com decisões e ações voltadas para enfrentar problemas públicos eminentes, “a proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social” (idem, p 23).

A partir da ideia de desenvolvimento do conceito de políticas públicas, são considerados grandes contribuidores para as discussões no campo das políticas públicas: Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton (Souza, 2006). Respectivamente:

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública) [...] como forma de conciliar conhecimento científico/ acadêmico com a



produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (policy makers), [...] Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. (SOUZA, 2006, p 23)

A quarta contribuição, portanto Easton (1965), de acordo com Souza (2006, p. 23), se deu pela definição da política pública como “um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente”. Assim, entende-se que a efetivação se dá também com os resultados obtidos e não somente nas etapas de planejamento, sendo um sistema completo, mesmo quando os resultados não são satisfatórios. Tem-se que considerar as etapas de planejamento e implantação.

Nas análises sobre políticas públicas, por tanto ações do governo para atender e organizar a sociedade faz-se de grande relevância refletir sobre o que se considera enquanto Estado e qual o papel deste. Serafim & Dias (2011) sintetizam parte dessas discussões em duas formas principais, sendo uma delas sobre o Estado exercendo centralidade na relação com a sociedade:

[...] o Estado teria um significativo grau de autonomia em relação à sociedade. As decisões seriam tomadas no âmbito estatal, respeitando ou não as demandas e necessidades sociais, e simplesmente repassadas para a sociedade, por meio das políticas públicas. À sociedade caberia apenas acatar essas medidas. Seria como se o aparelho estatal (ou a máquina do Estado) fosse controlado por políticos e burocratas que tomariam as decisões de forma autônoma e as transfeririam para a sociedade, que as aceitaria obedientemente. (SERAFIM & DIAS, 2011, p 307)

Assim, de acordo com este modelo, a centralidade acontece de forma racional e burocrática, sem interrelação decisora da sociedade. Porém, percebendo as elucidações anteriores, a ação política do Estado, ou seja, políticas públicas tem maior eficácia partindo-se do princípio de que existe uma interdependência e interpelação de interesses (Serafim & Dias, 2011). As ações são resultados “de interesses e indivíduos que conformam uma rede de influência mútua, em que as hierarquias reais nem sempre são as que formalmente se estabelecem.” (idem, p 312).



Seguindo as contribuições de Serafim & Dias (2011, p 313):

[...] o Estado não tem plena autonomia em relação à sociedade. [...] As relações que imprimem o padrão da interação entre Estado e sociedade são muito mais complexas do que essas concepções usualmente colocam. [...] Dependem das particularidades de cada país ou região, podendo assumir diversas formas específicas. Desdobram-se, por fim, atravessando as relações entre as esferas federativas (federal, estadual e municipal) e entre os canais da relação Estado-sociedade (funcional, material e político).

As particularidades citadas complementam a ideia sobre o emprego da melhor conceituação de políticas públicas. Ao discorrer que não existe uma conceituação certa em detrimento de outras, ou seja, não se tem um modelo, Souza (2006, p 24) assim escreve:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Silva & Bassi (2012) apresentam como atribuição do governo, agindo no Estado de forma estratégica, ações para o bem coletivo da sociedade, que resultam de políticas públicas, que conseqüentemente serão altamente relevantes para o desenvolvimento de uma sociedade, nas diversas instâncias.

Somando-se às considerações anteriormente apresentadas relacionadas ao desenvolvimento de um olhar específico sobre as ações dos governos e localizando a análise sobre o contexto local, no Brasil, um momento importante na elucidação de novas ações direcionadas pelo Estado para a sociedade, tiveram salto com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabeleceu novos olhares para a questão de direitos civis. Surgem políticas para atender diferentes frentes. Políticas públicas não são apenas empregadas para sanar problemas e calamidades. O governo investe em melhorias em campos antes abordados apenas pela parte privada.

O turismo é um segmento que passa a ser entendido como de interesse do Estado para viabilizar desenvolvimento econômico e social. Com o passar dos anos e com a



criação de um órgão ministerial totalmente voltado para o turismo, percebe-se o interesse na estruturação da atividade no país. São idealizados planos de ações, que constituem uma política de ação própria do setor.





2. Políticas Públicas e o planejamento turístico: organização e administração no âmbito nacional

O turismo é concebido enquanto expoente atividade econômica, por arrecadar grandes divisas. Conquanto se tenha conhecimento desta afirmação, a atividade turística também é relevante no aporte social, ambiental, cultural, histórico etc. O turismo envolve e atinge diferentes atores, pois sua consolidação acontece a partir da combinação de fatores multidisciplinares. Sabe-se que o turismo agrega valor econômico, sendo um mercado global, contudo, suas possibilidades vão além do viés econômico (Trigo, 2003).

A princípio, os estudos estavam voltados para resposta econômica advinda do turismo, sendo então abordado pelas ciências econômicas (Barretto, 2007), porém atualmente se tem a maior busca pelos impactos relacionados ao aporte ambiental e cultural do turismo.

Os novos enfoques também ressaltam a preocupação com a questão ambiental e em muitos casos demonstram insucessos com a manipulação do meio, o que permite visualizar esta atividade enquanto impactante, ou seja, mesmo surgindo mais casos de problemas, percebe-se que finalmente o turismo passou a ser encarado além das receitas econômicas, sendo discutido junto a problemas de ordem climática, desmatamento, alterações na biodiversidade etc.; conseqüentemente, o planejamento turístico aparece como resposta aos efeitos negativos (Hall, 2004).

Para que aconteça a atividade turística o planejamento torna-se essencial, pois é através dele que se dará base à implantação, administração e concretização do turismo em determinado local. Hall (2004, p 24), ao propor explicações sobre o que é o planejamento, o apresenta como sendo “um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas; ele lida, entretanto, com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não com decisões individuais”. Esse conjunto de decisões, proposto pelo autor, diz respeito à complexidade de elementos essenciais para dar base ao deslocamento de indivíduos, bem como na estruturação do local que recebe visitantes, agregados aos serviços indiretos que permitem a organização do turismo (infraestrutura básica do local).

Conceituando planejamento, Petrocchi (1998, p 19) assim o apresenta:

É a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização. Planejar: é pré-determinar um curso de ação para o futuro; conjunto de decisões interdependentes; processo contínuo que visa produzir um estado futuro desejado, que somente acontecerá se determinadas ações forem executadas; é atitude anterior à tomada de decisão.



A definição de futuro desejado tem diferentes concepções no turismo, contudo a organização mais conhecida e aplicada é o planejamento estratégico, com a elaboração de um documento chamado plano, que conta com programas e projetos, respectivamente. O plano norteia as ações; o programa direciona ações mais específicas; os projetos norteiam a operacionalização. O plano “direciona ações públicas, estabelecendo as regras para que a atividade turística se concretize em municípios, estados, regiões ou países [...]. São planos complexos porque precisam estar em sintonia com o plano diretor da localidade” (BRAGA, 2007, p 12-13).

A participação do Estado no setor turístico se torna importante por organizar e estruturar as ações através da política nacional. É crescente o interesse, por parte da iniciativa privada e terceiro setor, em investir e valorizar o turismo, contudo é relevante que a responsabilidade do Estado seja eminente e não contrária às citadas, pois iniciativas quando distantes de políticas públicas resultam em fracassos; fato que elucida não somente a participação direta do Estado, mas a essencialidade de suas diretrizes (Ultramari & Duarte 2009).

2.1 Planejamento nacional e estadual

Políticas que atendam o setor turístico no país datam de algumas décadas, mas a documentação específica advém de 2003, ano que foi criado o Ministério do Turismo (Mtur). O referido plano nacional 2003/2007, lançado a partir das diretrizes políticas, indicou como objetivo a descentralização dos destinos. Todavia, buscou-se estruturar novos lugares para valorizar a diversidade natural e cultural do país, provendo desenvolvimento distribuído pelo território nacional. Destaca-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, contido no plano e que foi trabalhado mais profundamente.

Mais tarde, o Mtur lança o Plano Nacional de Turismo 2007/2010, intitulado como “Uma viagem de inclusão”, que tem por objetivo dar continuidade ao plano anterior. Concomitantemente à descentralização, e com novas metas e objetivos, o novo plano buscou aumentar as divisas e promover a inclusão social. Os objetivos específicos estão relacionados à estruturação de novos destinos; possibilitar condições para novos investimentos, especializar e qualificar a mão de obra inserida etc. Porém, percebe-se que a intenção é dar apoio na estruturação e gestão descentralizada.

Em consonância ao plano nacional, a Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU), desenvolve e articula o turismo no estado. O plano estadual atende aos objetivos nacionais, contribuindo para a organização e auxílio na base de novos destinos turísticos.



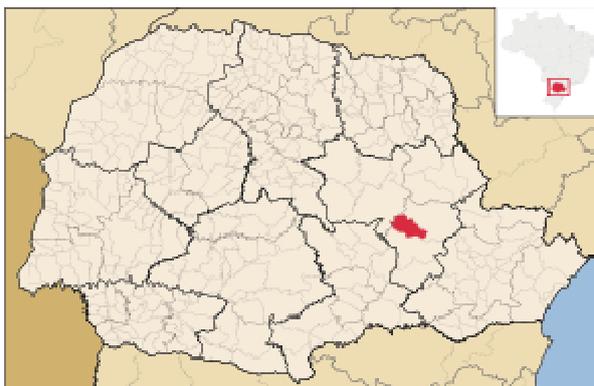
A SETU “tem por finalidade as atividades relativas à definição de diretrizes, à proposição e à implementação da política de governo na área do turismo, em todas as suas modalidades de promoção, e ainda, a normatização, a fiscalização e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social” (SETU, 2012)



3. Projeto Rota dos Tropeiros em Carambeí (PR)

De acordo com o banco de dados das cidades brasileiras, disponível no portal eletrônico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), Carambeí está localizado na região dos campos gerais, aproximadamente cem quilômetros distante de Curitiba. Conta com população em torno de vinte mil habitantes. O município tem o IDH¹ médio de 0,785. (IBGE, 2012).

Imagem 1: Localização do município de Carambeí (PR)



Fonte: Wikipédia, 2012

Alguns municípios do Estado do Paraná contam com a colonização por parte de imigrantes europeus como diferencial em sua história. A memória é valorizada nas construções, costumes e nos hábitos passados por gerações. O turismo surge como uma alternativa de reconhecimento e valorização e por vezes visa propor uma breve viagem pelo passado através do conhecimento ou observação do cotidiano de moradores de municípios que ainda preservam costumes de outrora.

Baseado nas informações contidas no portal eletrônico da prefeitura municipal, Carambeí tem na sua estruturação histórico-cultural a colaboração, principalmente, de imigrantes oriundos de colônias holandesas. O nome da cidade é uma herança indígena que tem o significado de “rio das tartarugas”. A origem remonta a história de uma fazenda entre os municípios de Ponta Grossa e Castro. Devido à má administração de seu proprietário a fazenda foi a leilão por volta do ano de 1850. Uma empresa estrangeira de transporte de cargas via férrea ficou com a propriedade (P. M de Carambeí, 2012).

¹ IDH: Índice de Desenvolvimento Humano. A média é estabelecida a partir de “indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população” (IPEA, 2012)

Nos idos de 1900, holandeses vieram para o Brasil para começar uma nova povoação, pois no país a ordem era modernizar e sanear o Estado a todo custo. Outra explicação pela vinda dos europeus foi porque o governo buscava o “branqueamento” da população. Assim, os holandeses que a princípio vieram para morar nos arredores do município de Irati, mas que não se acostumaram com o solo de lá, acabaram por estabelecer morada e início ao Vilarejo de Carambehy (P. M de Carambeí, 2012). Com condições distintas do país de origem, os primeiros moradores iniciaram a produção de leite e queijos para o consumo dos operários que trabalhavam na ferrovia construída para fazer a ligação entre São Paulo e Rio Grande do Sul.

Imagem 2 - Vista aérea do Município de Carambeí (PR)



Fonte: Prefeitura Municipal de Carambeí (2012)

Atualmente a economia de Carambeí (PR) é baseada na produção de laticínios, sendo também destaque na produção de grãos nos Campos Gerais. A cidade é considerada relativamente pequena em relação a desenvolvimento territorial, porém o IDH ficou acima da média nacional.

3.1 Carambeí (PR) no projeto turístico Rota dos Tropeiros

Na região que está localizado o município de Carambeí, a contextualização histórica tem marcas do ciclo conhecido como Tropeirismo, que deixou marcas na economia nacional e na cultura local. Os tropeiros eram viajantes que transportavam cargas e muarees do sul do país em direção ao interior de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tal passagem ficou conhecida como Caminho do Viamão.

Essa atividade econômica, que se estabeleceu em meados do século XVII e XVIII, contribuiu para organização de vilas que deram lugar a posteriores cidades, pois durante o caminho, a cada quarenta quilômetros, em média, os tropeiros realizavam paradas para pouso em fazendas e comércio, que mais tarde originou moradas, resultando em municípios.

Atualmente, com o estabelecimento da política nacional de turismo, que visa novos destinos, a região dos campos gerais é contemplada com o projeto turístico Rota dos Tropeiros, que tem por objetivo desenvolver o turismo com base na marca histórico-cultural do tropeiro. Vários municípios compõem a Rota dos Tropeiros, que é administrado pela AMCG (Associação dos Municípios dos Campos Gerais) e Agência de Desenvolvimento da Rota dos Tropeiros (órgão afiliado à AMCG), dentre eles se encontra Carambeí, que se destaca pelo recente e contínuo investimento na divulgação de seus atrativos.

Os segmentos disponíveis são diversificados, dada a múltipla característica natural da região, porém o turismo cultural tem maior presença justamente pelo apelo histórico da figura do tropeiro nestes municípios.

TABELA 1 – SEGMENTOS TURÍSTICOS NA ROTA DOS TROPEIROS²

Roteiro	Segmento	Cidades	Agência
Roteiros dos Imigrantes: Rota Holandesa	Cultural e Rural	Carambeí, Castrolanda, Castro e Arapoti	Novos Tempos Turismo
Musa das Flores e Os Pinheiros do Paraná	Cultural e Rural	Curitiba, Lapa, Campo do Tenente e São José dos Pinhais	Ivetur Turismo
Horizontes Paranaenses	Cultural e Rural	Curitiba, Balsa Nova, Lapa e Ponta Grossa	Orion Turismo
Curitiba Rota do Pinhão	Cultural e Rural	Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária e Campo Largo	Kallisté Turismo
Roteiros dos Imigrantes: Rota Eslavo-Germânica	Cultural e Rural	Witmarsum (Palmeira), Prudentópolis e Colônia Entre Rios (Guarapuava)	Novos Tempos Turismo
Rota do Pinhão: Educação Natureza e Lazer nos Campos	Ecoturismo e Rural	Curitiba, Araucária e Campo Largo	Plena Turismo
Roteiro Cicloturístico de Castro	Cicloturismo	Castro	**
Rota dos Tropeiros	Cultural; Rural e Ecoturismo	Curitiba, Rio Negro, Mafra (SC), Campo do Tenente, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Tibagi	Kallisté Turismo
Natureza e História na Rota dos Tropeiros	Cultural; Rural e Ecoturismo	Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Tibagi	Orion Turismo

² Em destaque os roteiros que contemplam o município de Carambeí (PR)

Rota dos Tropeiros Cultural	Cultural; Rural e Ecoturismo	Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Tibagi	Orion Turismo
Roteiro "Campo Gerais do Paraná: Encante-se"	Cultural e Aventura	Ponta Grossa, Tibagi e Carambeí	Guartelá Ecoturismo - Tibagi Turismo

FONTE: ROTA DOS TROPEIROS (2012)
ORG.: SAHAIDAK, A.

O governo municipal tem destinado verbas para a estruturação e divulgação do turismo no município. Pode-se perceber os investimentos na exposição de placas e outdoors ao longo do caminho, na vias que levam a Carambeí.

O Parque Histórico de Carambeí, referenciado no site do projeto Rota dos Tropeiros, é a principal atração do município de Carambeí por contar parte da saga dos holandeses no início da estruturação do Vilarejo que deu lugar ao atual município. Trata-se de um projeto de caráter sócio-cultural que apresenta construções que retratam as obras dos primeiros imigrantes holandeses, possibilitando a visualização de alguns aspectos culturais típicos imigrantes.

Segundo a Associação do Parque Histórico de Carambeí (s/p 2011), trata-se de “um projeto [...] que pretende eternizar a saga dos pioneiros holandeses e a evolução da história que constituiu a gente brasileira, as experiências que moldaram uma nova sociedade [...]”. As construções, em um terreno de cem mil metros quadrados, evidenciam a tentativa de promover e interagir com a comunidade através do aporte cultural que envolve a diversidade étnica presente na região.



4. Metodologia Operacional

O presente artigo foi elaborado a partir de consultas bibliográficas referente aos conceitos norteadores: políticas públicas, planejamento turístico, rota dos tropeiros e Carambeí. Bem como foram necessárias pesquisas em portais eletrônicos e blogs.

O segundo momento foi baseado na realização de uma entrevista com a responsável pelo turismo em Carambeí. Houve o emprego de um tópico guia, com questões principais, que abordavam as seguintes temáticas:

- como foi o processo de planejamento e implantação do projeto turístico Rota dos Tropeiros;
- qual a participação do Estado;
- como está sendo realizado a administração do projeto;
- quais as ações do município;
- qual a participação dos órgãos institucionais;
- o projeto tem retorno satisfatório para o município

A entrevista foi gravada e posteriormente foi realizada a transcrição. As discussões e considerações buscam aliar os conceitos teóricos às reflexões sobre a prática.



5. Resultados e Discussões

Para refletir sobre a relevância e consolidação do projeto Rota dos Tropeiros no município de Carambeí (PR), bem como sua administração, foi lançada a primeira questão:

I. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros; qual foi a participação do Estado:

Estou na prefeitura desde março de 2009 e o projeto tem data anterior; houve uma dificuldade de início por não ter muitos dados e arquivos. Pelos documentos que se tem lá (Prefeitura de Carambeí), o município participou de algumas ações isoladas da AMCG porque não tinha ninguém no departamento que estivesse desenvolvendo alguma política ou alguma coisa relacionada.

Em 2009 a gente começou a participar ativamente junto com a AMCG; para desenvolver essas políticas que vem de uma esfera maior, no caso estadual, regional, trabalhando com a Rota (dos Tropeiros).

Um dos grandes problemas que a gente tem relacionado à Rota, é a grande vontade do poder público e pouca do setor privado, porque as pessoas ainda não tem entendimento do que é a Rota. Eles não entendem que a Rota é um conjunto com diversos produtos. Isso acaba restringindo um pouco o desenvolvimento da Rota.

A pouca documentação sobre os dados do turismo é uma dificuldade comum em muitas prefeituras; isso acontece porque ainda são poucos os lugares que trabalham o turismo como prioridade no município. Longe de definir como sendo ou não de prioridade, entende-se que uma atividade econômica que pode atrelar benefícios e impactos negativos, necessita de comprometimento na análise e a falta de estatísticas impede discussões mais aprofundadas sobre alcances e melhorias do turismo no município.

A falta de participação do setor privado se estabelece enquanto uma problemática, porque para desenvolver o turismo, faz-se necessária a ação coletiva e conjunta, do poder público, privado e terceiro setor. A integração possibilita fortalecimento da atividade turística.

II. Como está sendo realizada a administração do Projeto; quais as ações do município; qual a participação dos órgãos institucionais:



A gente tem consciência que precisa desenvolver ações e trabalhar de forma integrada com a região. Dentro dessas políticas (nacional e estadual) a gente busca estar se desenvolvendo e alinhando as políticas dentro do município.

Em 2009, quando a gente entrou (na administração), começou a desenvolver ações relacionadas à promoção turística, começamos a desenvolver novos materiais de divulgação, participação em eventos, participação assídua das reuniões da AMCG, assim começamos a perceber quais eram as nossas dificuldades e algumas coisas a gente conseguiu sanar, outras não.

Por mais vontade pública que se tenha é necessária o setor privado. Assim fizemos parcerias com a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), com o SEBRAE e com a Secretaria de Estado do Turismo. Com a UEPG foi feito um projeto “conhecendo a cidade e informando o turista” abrangendo o empresariado e a comunidade; foram mais de 100 pessoas capacitadas, entre elas professores, para trabalhar o turismo também em sala de aula. Depois foi feita uma parceria com o SEBRAE, e fomos contemplados com o projeto “agente local de inovação”, onde o SEBRAE disponibiliza um consultor que vai até as empresas do setor turístico e faz um diagnóstico, apresenta um plano de ação e faz o monitoramento durante dois anos, sem custo nenhum para o município. A partir desse projeto foi construído a rede empresarial de turismo, que tenta trabalhar o coletivo e a questão do cooperativismo, para se trabalhar de forma integrada, baixar custo e aumentar a competitividade. Então no setor privado são essas ações, mas sempre buscando trazer novas capacitações. Também tivemos como políticas públicas, a formação do conselho municipal de turismo, para ter uma participação da sociedade civil, buscando ter participação de todas as esferas no planejamento turístico. Também foi criada a lei do fundo municipal de turismo, que ainda está inativa, mas a lei existe. Desenvolvemos algumas leis de incentivo a manter as fachadas e características das arquiteturas europeias, que dá isenção de 50 a 100% do IPTU durante o período de 10 anos; é uma forma de reforçar a identidade através do turismo cultural-histórico. É uma forma de incentivar, já que o slogan turístico é: “Carambeí, um cantinho da Europa no Paraná”.

Carambeí (PR) vem se tornando destaque na região dos campos gerais e no projeto Rota dos Tropeiros pelo crescente investimento no turismo, assim pode-se perceber que as ações municipais estão se efetivando e contribuindo para a estruturação do turismo. As ações governamentais na esfera municipal atendem o plano nacional e estadual e são direcionadas para dar base à atividade.



III. O projeto tem retorno satisfatório para o município

De um tempo pra cá o turismo em Carambeí teve um boom. A gente começou a desenvolver e ter retornos. Já existia um fluxo, mas a partir do momento que começamos a trabalhar com o festival de tortas e com o parque (Parque Histórico de Carambeí) teve um crescimento violento no turismo. Em relação à Rota dos Tropeiros, as pessoas ainda não tem entendimento, principalmente a parte do empresariado.

Um viés passível ao turismo é o retorno econômico, pois é facilmente percebido e desperta cada vez mais interessados. Com o crescimento do turismo em Carambeí (PR), fica explícito tratar-se de um trabalho contínuo de avaliação e novas diretrizes, tanto no âmbito municipal, quanto estadual e nacional, para que possa gerar sempre melhorias, amenizando as agressões ao meio e possibilitando valorização do local.



Considerações

O turismo apresenta caráter múltiplo de abordagem, contudo sua efetivação se dá através de resultados econômicos e sociais. Por meio da pesquisa realizada percebeu-se que o município de Carambeí (PR) apresenta interesse contínuo na estruturação enquanto destino do projeto regional Rota dos Tropeiros. O planejamento existente se torna eficaz por estimular a crescente adesão à prática turística, percebida na entrevista.

O governo municipal investe em melhorias das infraestruturas, bem como na base de políticas que atendam os diferentes segmentos que caracterizam as atividades turísticas. São realizadas ações que promovem a qualificação no atendimento e prestação de serviços aos turistas.

Carambeí (PR), através do planejamento no setor de turismo, conta com ações do poder público que também atendem interesses do setor privado, ainda que a participação do referido setor seja pequena, promovendo integração e buscando solidificação no mercado turístico regional e nacional.

Os benefícios advindos da atividade turística são efetivos quando atendem aos interesses sociais, culturais e econômicos. Logo, ao investir em planejamento, o município estabelece uma política comprometida com o desenvolvimento de forma estratégica e pautada em conceitos para utilizar de forma consciente o meio disposto. Em Carambeí (PR), o turismo vem sendo estruturado e pautado em bases de um planejamento estratégico, o que garante o interesse do governo local em prover melhorias baseadas em diretrizes políticas que visam valorizar e contribuir com o desenvolvimento municipal e regional.



Referências

Associação do Parque histórico de Carambeí. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

Disponível em: <http://aphc.com.br/conheca-a-regiao/na-rota-dos-tropeiros/>

Barretto, Margarita (2007). *Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas*. Campinas, SP: Papirus.

Braga, Debora Cordeiro (2007). *Planejamento turístico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Carambeí. Prefeitura Municipal de Carambeí. Disponível em:

<http://www.carambei.pr.gov.br/?q=node/26>. Acesso em 16 de maio de 2012

Hall, Colin Michael (2004). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. Trad. Edire Sciulli. 2ª ed. São Paulo: Contexto.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 20 de junho de 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23. Acesso em 20 de junho de 2012.

Petrocchi, Mário (1998). *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura.

Rota dos Tropeiros. Disponível em: <http://www.rotadostropeiros.com.br/> Acesso em 12 de janeiro de 2012

Serafim, Milena. Pavan; Dias, Rafael (2011). *Conceitos e ferramentas para a análise de Política Pública*. In *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. Vol I. Benini, Édi.[et al] (orgs.). São Paulo : Outras Expressões.

SETU. Secretaria de Estado do Turismo. Disponível em: <http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em 19 de maio de 2012.

Silva, Christian Luiz da; Bassi, Nádia Solange Schmidt (2012). *Políticas Públicas e Desenvolvimento Local*. In Silva, Christian Luiz da (Org). *Políticas Públicas e*



Desenvolvimento Local: Instrumentos e Proposições de análise para o Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.

Souza, Celina (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *In: Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45.

Trigo, Luiz Gonzaga Godoi (2003). Turismo e política internacional. *In: Trigo, Luiz Gonzaga Godoi; Netto, Alexandre Panosso; Reflexões sobre um novo turismo: política, ciências e sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Aleph.

Ultramari, Clovis; Duarte, Fábio (2009). Desenvolvimento local e regional. Curitiba: Ibpex

Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carambe%C3%AD>. Acesso em 21 de junho de 2012.